Ata da sexagésima sétima reunião ordinária da Câmara de Vereadores de Canoinhas, referente à quarta sessão legislativa da décima sétima legislatura da Câmara Municipal de Canoinhas. Aos oito dias do mês de novembro de 2016, às dezenove horas, na sede da Câmara, compareceram os seguintes Vereadores: Chiquinho da Silva, Genérico, Gil Baiano, Paulo Glinski, Neno Pangratz, Cris Arrabar, João Grein, Wilmar Sudoski e Pike. Registrando o livro de presença o comparecimento de nove vereadores. A Vereadora Cris Arrabar assumiu a presidência devido ao Presidente Célio Galeski estar em Brasília representando o Legislativo Canoinhense. A Presidente em exercício declarou aberta a presente reunião ordinária. Colocada em discussão a ata da reunião anterior, foi a mesma colocada em votação, sendo aprovada pela unanimidade. EXPEDIENTE: Ofício nº 228/2016, de origem Executiva, encaminhando mensagem em regime de urgência. Projeto de Lei n° 186/2016 que "Abre crédito adicional através da anulação de dotações orçamentárias – Convênio Radio Patrulha. Ofício nº 1089, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, encaminhando o balancete de julho/2016. Requerimento nº 362/2016 de autoria de toda a edilidade, ao Exmº Senhor Artur Nitz, DD. Delegado Geral da Polícia Civil de SC, solicitando que após a formação do Curso de Delegado, seja lotado para o município de Canoinhas o senhor Eduardo Borges, considerando a falta de efetivo na Comarca de Canoinhas e o grande número de ocorrências, é grande a necessidade de novos profissionais e que priorize aqueles que tem interesse em retornar aos seus locais de origem, pois já tem identificação com a cidade e com a comunidade. Requerimento nº 363/2016 de autoria do edil Renato Pike, ao Exmo. Sr. Wilson Pereira, DD. Prefeito em exercício, solicitando que seja criada uma junta médica para analisar todos as licenças de tratamento de saúde dos funcionários. ORDEM DO DIA: Com a palavra o vereador Renato Pike pediu a inclusão na ordem do dia em segunda votação dos Projetos de Leis nº 182 e 186/2016, sendo aprovado pela unanimidade, logo após os vereadores Paulo Glinski e Gil Baiano solicitaram a inclusão na ordem do dia em primeira votação do Projeto de Lei nº 178/2016 que "Abre crédito adicional através da anulação de dotações orçamentárias – FMDR", e ainda a realização de uma sessão extraordinária logo a seguir, para a segunda votação do referido projeto, sendo todas as solicitações aprovadas por unanimidade. Entraram em segunda e última discussão e votação os Pareceres da Comissão de Justiça e Redação, e da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ao Projeto de Lei nº 182/2016 que "Altera o parágrafo 1º do artigo da Lei Municipal nº5.512/2015", sendo aprovado pela unanimidade. Entraram em segunda e última discussão e votação os Pareceres da Comissão de Justiça e Redação, e da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ao Projeto de Lei nº 186/2016 que "Abre crédito adicional através da anulação de dotações orçamentárias - Convênio Rádio Patrulha", sendo aprovado pela unanimidade. Entraram em primeira discussão e votação os Pareceres da Comissão de Justiça e Redação, e da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, ao Projeto de Lei nº 178/2016 que "Abre crédito adicional através da anulação de dotações orçamentárias - FMDR", sendo aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento nº 362/2016 de autoria de toda a edilidade, ao Exmº Senhor Artur Nitz, DD. Delegado Geral da Polícia Civil de SC, solicitando que após a

formação do Curso de Delegado, seja lotado para o município de Canoinhas o senhor Eduardo Borges, considerando a falta de efetivo na Comarca de Canoinhas e o grande número de ocorrências, é grande a necessidade de novos profissionais e que priorize aqueles que tem interesse em retornar aos seus locais de origem, pois já tem identificação com a cidade e com a comunidade, sendo aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento nº 363/2016 de autoria do edil Renato Pike, ao Exmo. Sr. Wilson Pereira, DD. Prefeito em exercício, solicitando que seja criada uma junta médica para analisar todos as licenças de tratamento de saúde dos funcionários, sendo aprovado pela unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando outra em regime extraordinário para logo em seguida. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada vai assinada.

Vereadora Cris Arrabar
Presidente em Exercício

Vereador Chiquinho da Silva
Primeiro Secretário

Vereador Pike
Segundo Secretário Ad Hoc